

	<p><b>A Práxis arquivística na Polícia Científica do Estado da Paraíba: um relato de experiência no arquivo do Núcleo de Medicina e Odontologia Legal (NUMOL) de João Pessoa</b></p>
<p><b>Wellington da Silva Gomes</b></p>	<p>Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, Brasil  <a href="https://orcid.org/0000-0003-1496-5850">https://orcid.org/0000-0003-1496-5850</a>                  wbleess07@gmail.com</p>
<p><b>Ana Caroline Duarte da Costa</b></p>	<p>Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, Brasil  <a href="https://orcid.org/0000-0003-0506-7127">https://orcid.org/0000-0003-0506-7127</a>                  carol18duarte@gmail.com</p>
<p><b>Marynice de Medeiros Matos Autran</b></p>	<p>Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, Brasil  <a href="https://orcid.org/0000-0003-0786-1957">https://orcid.org/0000-0003-0786-1957</a>                  marynice.autran@gmail.com</p>
<p><b>Resumo</b></p>	<p>Armazenar documentos deveria ser uma tarefa que demandasse das instituições o maior empenho possível. No Brasil, essa realidade comporta descasos e os arquivos são utilizados como depósitos. Assim, observamos problemas relacionados às atividades arquivísticas no Núcleo de Medicina e Odontologia (NUMOL), em João Pessoa - Paraíba, os quais perpassam o viés funcional e estrutural. O objetivo deste relato foi analisar o arquivo do NUMOL entre os anos de 2017-2022. Metodologicamente, é um estudo de caráter exploratório, descritivo e qualitativo. Utilizamos do método observacional para registrar e descrever as atividades desse setor, entrevistando o arquivista da instituição para compreender como funcionava o trabalho arquivístico, percebendo seus <i>gaps</i> e, conseqüentemente, sugestionando melhorias. O arquivo do NUMOL necessita de reparos em diversos aspectos, tanto no viés organizacional, quanto no estrutural. Com isso, propomos algumas ampliações, levando em consideração o contexto da instituição e dos parâmetros arquivísticos. Conscientes de que as propostas apresentadas não resolvem os problemas do arquivo, ao menos mitigariam a questão da preservação, do acondicionamento do acervo, da interligação entre os arquivos e da recuperação da informação. Nossa expectativa é de que essas reflexões sirvam de pontapé e levem os gestores a pensarem em políticas arquivísticas na instituição.</p>
<p><b>Palavras-chave</b></p>	<p>Instituto de Polícia Científica (IPC). Núcleo de Medicina e Odontologia Legal (NUMOL). Arquivo do NUMOL.</p>
	<p><b>Archivistical práxis in the scientific police of the state of Paraíba: an experience report in the archive of the Core of Medicine and Legal Dentistry (Numol) of João Pessoa</b></p>
<p><b>Abstract</b></p>	<p>Storing documents should be a task that demands the greatest possible effort from institutions. In Brazil, this reality involves negligence and archives are used as deposits. Thus, we observed problems related to archival activities at the Center for Medicine and Dentistry (NUMOL), in João Pessoa - Paraíba, which permeate the functional and structural bias. The object of this report was to analyze the NUMOL file between the years 2017-2022. Methodologically, it is an exploratory, descriptive and qualitative study. We used the observational method to record and describe the activities of this sector, interviewing the institution's archivist to understand how the archival work worked, noticing its gaps and, consequently, suggesting improvements. The NUMOL file needs repairs in several aspects, both in terms of organizational and structural aspects. With that, we propose some expansions, taking into account the context of the institution and the archival parameters. Aware that the proposals presented do not solve the problems of the archive, at least they would mitigate the issue of preservation, storage of the collection, the interconnection between the archives and the retrieval of information. Our expectation is that these reflections serve as a kick-off and lead managers to think about archival policies in the institution.</p>
<p><b>Keywords</b></p>	<p>Scientific Police Institute (IPC). Nucleus of Forensic Medicine and Dentistry (NUMOL). NUMOL archive.</p>



Licença de Atribuição BY do Creative Commons  
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 05/04/2022  
Aprovado em 11/11/2022  
Publicado em 14/12/2022

## 1 INTRODUÇÃO

Os documentos servem como evidência e garantem um testemunho; por meio deles podemos conhecer a veracidade dos acontecimentos e dos atos praticados pelas pessoas. Mantê-los sem que sejam modificados é um dos maiores desafios dos seus custodiadores, pois são a comprovação para ações futuras. A necessidade de prova frente à justiça foi, na sociedade ocidental, a primeira razão de conservação para longa duração de determinados documentos escritos (DELMAS, 2010).

Desde as civilizações mais antigas, observamos a importância dos registros do conhecimento e de sua demanda como forma da comunicação humana. A informação tornou-se peça principal nesse processo, sobretudo quando assimilamos as ideias comunicadas, cuja interpretação permite a um indivíduo, a um grupo ou uma sociedade a compreensão de sua realidade.

Para que a informação seja percebida, necessita-se de sua inserção em um contexto. Segundo Le Coadic (1996) é esse insumo que carrega consigo sentidos e significados em um suporte espaço-temporal, por intermédio de um sistema de signos de linguagem que associa um significante a um significado.

A Arquivologia, nesse contexto, tem por base o gerenciamento de documentos, sendo aqueles produzidos ou recebidos por uma instituição ou por uma pessoa no decorrer de suas atividades. Essa gestão dá a garantia do controle, da administração e da manutenção dos seus registros.

Hodiernamente, mesmo com os sistemas digitais, massas documentais acumuladas ainda se fazem presentes em muitos órgãos. Descaso este, que gera dificuldades na preservação e na recuperação da informação, trazendo consequências na realização de suas tarefas.

A guarda de documentos, a rigor, deveria ser efetivada em locais adequados, utilizando um armazenamento coerente seguindo os fins da instituição e de quem utiliza os seus serviços. Os arquivos vistos como depósitos de papéis velhos, na realidade, são reflexos de despreço em muitos ambientes. São centros de informações com elementos, a *priori*, administrativos, os quais podem contribuir para a justiça social e para a garantia de direitos aos cidadãos.

Partindo desse pressuposto, observamos problemas relacionados às atividades arquivísticas no Núcleo de Medicina e Odontologia (NUMOL), localizado na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba (PB), os quais perpassam o viés funcional e estrutural.

A fim de relatar nossas experiências, objetivamos analisar o arquivo do NUMOL entre os anos de 2017-2022. Para isso: examinamos as atividades desse setor; descrevemos como se encontra a sua corrente situação; e sugerimos reparações.

A importância de estudar tal instituição se deu no sentido de dar maior visibilidade ao seu trabalho, tanto para a comunidade externa à polícia científica, quanto à interna. Para o campo da Arquivologia fez-se significativo pela parca publicação científica acerca do NUMOL em João Pessoa, auxiliando-nos através de sua práxis: a relação de seus aspectos práticos e suas reflexões teóricas.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pesquisar é uma tarefa ao mesmo tempo prática e intelectual. Para esse feito, os envolvidos precisam adentrar as fronteiras do conhecimento, usando como subsídio a leitura. Assim, a pesquisa tanto é o procedimento-chave para se obter conhecimento, quanto à aprendizagem, sendo assim, parte integrante na análise de um objeto à descoberta de novos fatos (MINAYO, 2011).

Logo, é um processo formal realizado por métodos científicos com o objetivo de resolver problemas, que no nosso caso se caracteriza pelo cunho aplicado (FOUREZ, 1995). A pesquisa aplicada faz uso de suas descobertas para se desenvolver, mas não se preocupa em criar teorias, e sim com as práticas do conhecimento (DEMO, 2000).

Nosso percurso metodológico inseriu-se na natureza exploratória, descritiva e qualitativa (PRODANOV; FREITAS, 2013). Na abordagem exploratória identificamos, por meio do levantamento de dados referentes ao arquivo do NUMOL, informações de suas ações cotidianas.

Para essa coleta, utilizamos do método observacional, além dos registros das atividades rotineiras do setor. Entrevistamos o único arquivista da instituição, no intuito compreender o trabalho no arquivo. Dessa forma, foram feitas anotações sobre como operava a referida unidade de informação; quantas e quais são as pessoas naquele espaço laboral até o momento; quais as idades dos arquivos, se estão em pleno funcionamento; os tipos de documentos; as atividades desempenhadas; a presença de instrumentos de gestão documental; além de outros fatores.

A pesquisa qualitativa se diferencia da quantitativa e representa uma escolha de teorias e de métodos apropriados à análise e ao reconhecimento de diferentes aspectos que qualifica um estudo. Nossa investigação está num horizonte temporal que circundou os anos de 2017-2022. Trouxemos à tona algumas considerações em âmbito estrutural e funcional da real situação do

arquivo, como também sugestões de melhoras; mas para destacar que ainda se encontra em estado moroso o avanço nas tarefas daquele setor até o momento. A proposição dessa data não foi aleatória; bem verdade que, a intenção de realizar nosso diagnóstico se deu no final do ano de 2016, porém fomos a campo no primeiro semestre de 2017.

Percebendo-o como um espaço valioso e de grande importância para a justiça, principalmente no que se refere a questões relacionadas à prova pericial e à produção de laudos, este relato descreveu não somente as atividades no arquivo do NUMOL, contudo permitiu colocar em prática os ensinamentos apreendidos em sala de aula e propor melhorias no trabalho arquivístico naquela instituição.

### **3 O INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA DA PARAÍBA: CARACTERÍSTICAS E COMPOSIÇÃO**

O Instituto de Polícia Científica da Paraíba (IPC–PB) tem como atribuição coordenar as atividades desenvolvidas pela perícia criminal do Estado. É um órgão subordinado à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SEDS) e vinculado à Delegacia Geral da Polícia Civil, o qual trabalha em cooperação com as demais polícias estaduais.

Sua administração insere-se no enfoque de três órgãos: o Instituto de Criminalística (IC), Instituto de Identificação (II) e Instituto Médico-Legal (IML). São funções da polícia civil:

- a) Exercer as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;
- b) Determinar a realização de exames periciais, providenciando a adoção de medidas cautelares, visando colher e resguardar indícios ou provas da ocorrência de infrações penais ou assegurar a execução judicial;
- c) Praticar os atos necessários para assegurar a apuração de infrações penais, inclusive a representação e o cumprimento de mandado de prisão, a realização de diligências requisitadas pelo poder judiciário ou pelo Ministério Público (MP) nos autos do inquérito policial e o fornecimento de informações para a instrução processual;
- d) Zelar pela ordem e segurança pública, promovendo ou participando de medidas de proteção à sociedade e ao indivíduo;
- e) Colaborar para a convivência harmônica da sociedade, respeitando a dignidade da pessoa humana e protegendo os direitos coletivos e individuais;

f) Adotar as providências necessárias para evitar perigo ou lesões às pessoas e danos aos bens públicos ou particulares (POLÍCIA CIVIL DA PARAÍBA, 2022).

Dessa forma, a perícia criminalística é caracterizada por uma atividade técnico-científica, sendo indispensável para a elucidação de crimes, quando houver vestígios. A Ciência *Forense* encarrega-se de auxiliar a produção de exame pericial e a interpretação de vestígios, auxiliada pelas seguintes áreas: Química, Biologia, Geologia, Engenharia, Física, Medicina, Toxicologia, Odontologia, Documentoscopia, além de outras áreas (POLÍCIA CIVIL DA PARAÍBA, 2022).

As atribuições dos profissionais – peritos – são prerrogativas do atendimento das requisições de perícias no atendimento das requisições provenientes de delegados, procuradores e juízes, inerentes a inquéritos policiais, bem como processos penais.

Na composição do IPC–PB existem núcleos que alicerçam suas atividades, tais como: Núcleo de Criminalísticas (NUCRIM), Núcleo de Laboratórios Forenses (NULF), Núcleo de Medicina e Odontologia Legal (NUMOL), *locus* deste estudo. O Quadro 1 ilustra as demandas dos núcleos mencionados.

Quadro 1 - Composição dos Núcleos do IPC–PB

<p><b>NÚCLEO DE CRIMINALÍSTICAS (NUCRIM)</b></p>	<p>Responsável pelas atividades de perícia criminal no âmbito das disciplinas da criminalística. Distribuídos ao longo de toda Paraíba, conta com unidades nos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Patos e Cajazeiras. Possui setores nas mais diversas áreas, como: balística forense, computação forense, contabilidade forense, documentoscopia forense, engenharia forense, entomologia forense, identificação veicular, local de acidente de trânsito, local de crime contra a pessoa, local de crime contra o patrimônio, merceologia forense, papiloscopia forense, perícias ambientais, perícias de áudio e imagem, perícias de danos em veículo, perícias em dispositivos de telefonia móvel, reprodução simulada.</p>
<p><b>NÚCLEO DE LABORATÓRIOS FORENSES (NULF)</b></p>	<p>Distribuídos também ao longo de toda Paraíba, possui unidades nos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Guarabira e Patos. Tecnicamente, a atuação do laboratório forense está organizada em três grandes áreas: toxicologia, DNA forense e físico-química. Por meio de cargos de gerentes operacionais, gerenciam diversos laboratórios instalados nos NULFs, como: laboratório de análise de drogas, análises toxicológicas, biologia forense, DNA forense e química forense.</p>
<p><b>NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL (NUMOL)</b></p>	<p>Responsável pelas atividades de perícia criminal no âmbito das disciplinas da medicina e odontologia legal. Composto toda Paraíba, conta com unidades nos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Guarabira e Patos. Diversos exames são realizados nesses núcleos, como: antropológico, corporal com lesão e sem lesão, corpo complementar (sanidade), corporal para acidentes de trânsito, constatação de embriaguez, sexológico, exumação cadavérica, necropsia.</p>

Fonte: Polícia Civil da Paraíba, (2022).

A polícia judiciária no Brasil teve sua fundação no início do século XVII. Na Paraíba, a polícia civil segue o mesmo processo nacional, porém apenas em 21 de agosto de 1981 é criada com estrutura de carreira pela Lei 4.273. A Lei Complementar nº 85, publicada em 12 de agosto de 2008, é a Lei Orgânica que dispõe sobre a organização da polícia civil, suas obrigações perante a sociedade, seus deveres e regime disciplinar (POLÍCIA..., 2022).

A antiga nomenclatura do NUMOL era Instituto de Medicina Legal (IML). Aquele nome se enquadra com maior fidelidade na caracterização funcional do setor, bem como na sua estrutura organizacional. Atualmente, no estado, além de Campina Grande, existem unidades do NUMOL nos municípios de Patos e Guarabira.

Nesse âmbito, a composição do arquivo do IPC–PB, em João Pessoa, é distribuída pelos três Núcleos mencionados no Quadro 1. Destarte, o arquivo do NUMOL funciona e atende o próprio IPC, a SEDS, a Polícia Civil e o Ministério Público.

Sua implantação é datada da década de 1950, tendo em vista os documentos presentes nesse ambiente, oriundos da antiga Polícia Técnica. Assim, a partir de 1970, a perícia científica passou por uma reorganização do acervo, usando numeração cronológica para identificação dos laudos.

#### 4 O ARQUIVO DO NUMOL

Atualmente, o arquivo do NUMOL subdivide-se em arquivo corrente (criado em 2006), em arquivo intermediário (criado em 1999) e em arquivo permanente (criado em 1954). O primeiro arquivo a existir foi o permanente, na década de 1950, que funcionava apenas como depósito de papel, onde eram guardados os documentos que precisavam ficar na instituição. À época, a instituição parecia possuir vaga noção sobre os procedimentos arquivísticos, pois utilizava desse espaço apenas para armazenagem.

Com o acúmulo e o crescimento do acervo, uma nova sala precisou ser utilizada para comportá-lo. A *posteriori* chamada de arquivo intermediário, tal sala foi mais um “depósito permanente” até o final dos anos 1990. Servindo ainda só como local de guarda em 1999, deram o nome de arquivo intermediário; mas a função permanecia a mesma, acontecendo visitas excepcionais.

O arquivo corrente (que também chamamos de setor) só veio existir no início dos anos 2000, havendo uma sala específica para dar conta de suas atividades. Sendo a única sala em uso, se realizam recebimento, expedição, tramitação, ou seja, o processo administrativo dos documentos ocorre nesse setor. Seus beneficiários são, em maioria, os usuários internos à instituição. Há uma escassa solicitação de documentos externa, que pode ser de outras instituições para anexar documentos ou cidadãos.

Na Arquivologia, as fases dos arquivos são identificadas pelo Ciclo de Vida dos Documentos ou pela Teoria das Três Idades. Juridicamente, a Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991 apresenta o conceito dos tipos de documentos contidos nesse Ciclo, enfatizando a necessidade da gestão de documentos nos órgãos públicos. Assim, para esse efeito:

§ 1º - Consideram-se **documentos correntes** aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes.

§ 2º - Consideram-se **documentos intermediários** aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

§ 3º - Consideram-se **permanentes** os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados. (BRASIL, 1991, p. 1, grifo nosso).

Os arquivos intermediários e permanentes encontram-se sob condição precária, tanto no sentido estrutural, quanto na organização física; neles estão os registros mais antigos e os menos consultados.

Isso contraria o que preconizam Bellotto (2006) e Cornelsen e Nelli (2006), ao dizerem que o arquivo se caracteriza pelo conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma instituição, empresa ou pessoa, agrupados ordenadamente como fonte de informação para a execução de suas atividades.

Prioritariamente, a produção documental do NUMOL, especialmente encontrada em seu arquivo, diz respeito a laudos, que são resultados de exames e de testes realizados para avaliar uma determinada situação. Esses exames são feitos por peritos e possuem vários tipos como o de: lesão corporal cadavérico, sexológico, complementares, de antropologia (ossada), de estimativa de idade, de embriaguez e de exumação. Em complemento, o Quadro 2 expõe mais alguns documentos:

Quadro 2 - Documentos inseridos no contexto do arquivo do NUMOL

Laudo Tanatoscópico	Laudo de Exumação Cadavérica
Laudo Antropológico	Laudo Traumatológico
Laudo de Sanidade (exame complementar)	Laudo Sexológico
Laudo de Estimativa de Idade	Laudo de embriaguez

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os demais documentos anexos aos laudos que não são produzidos pelo NUMOL: ofício de delegado, solicitando a realização dos exames; boletim de identificação cadavérica (BIC); ficha datiloscópica; exame toxicológico; exame de alcoolemia; exame de DNA e exame anatomopatológico; mais conhecido por biópsia ou citológico.

Esses tipos de laudos são o ponto-chave da caracterização da atividade documental da instituição. De acordo com Camargo e Bellotto (1996), a espécie documental é a disposição das informações, como se encontram em um suporte, o tipo, por sua vez, é a caracterização dessa espécie de acordo com a atividade que gerou o registro.

O arquivo do NUMOL não possui instrumentos de gestão de documentos, como o Plano de Classificação de Documentos (PCD) e a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), dificultando a sistematização, a disposição e a ordenação dos acervos. Esses instrumentos viabilizam a racionalização e a organização dos documentos, refletindo suas funções e suas atividades.

O PCD, por exemplo, coloca cada registro em seu devido lugar, por meio de um código que demonstra os vínculos dos documentos dentro do órgão. Geralmente, a TTD está atrelada ao PCD, aquele aponta a destinação dos registros, ditando sua eliminação ou os que serão guardados permanentemente.

O Plano de Classificação de Documentos de Arquivo resulta da atividade de classificação que recupera o contexto de produção dos documentos de arquivo agrupando-os de acordo com o órgão produtor, a função, a subfunção e a atividade responsável por sua produção ou acumulação e a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo resulta da atividade de avaliação, que define prazos de guarda para os documentos em razão de seus valores administrativo, fiscal, jurídico-legal, técnico, histórico, autoriza a sua eliminação ou determina a sua guarda permanente (BERNARDES; DELATORRE, 2008, p. 11).

No NUMOL, também existem processos que são arquivados de forma híbrida (física e digital, desde 2003), por ordem cronológica e por tipo documental. Quando os documentos encerram suas atividades são arquivados, acondicionados dentro de caixas poliondas coloridas (mas não há critérios nesse esquema cromático), identificados por números, por nomenclatura do documento (tipo), no caso, os **laudos** dos exames, também denominados **perícias**

O sistema usado para o arquivamento digital era padrão na instituição, denominado Sistema de Cadastro Numérico. Depois de passar pelos trâmites do arquivamento físico atribuía-se um número eletrônico. O processo tinha início no protocolo, momento em que era gerado o número eletrônico do laudo, produzido pelo perito médico no suporte físico, em seguida, ocorria a digitação e, posteriormente, era assinado pelo perito em duas vias: uma encaminhada à autoridade solicitante (juízes e delegados) e a outra segue para o arquivo.

Hodiernamente, com a demanda dos documentos nato digitais, o IPC criou um sistema que engloba todo o processo documental dos laudos de forma digital e denomina-se Controle de Custódia Sistema Integrado (CCSI).

A Central de Custódia de Vestígios (CCV) implantada pelo IPC–PB, a primeira do Norte/Nordeste, passou a cumprir a nova legislação que recomenda a Lei Anticrime, tornando-se modelo para os outros Institutos do país. De acordo com essa Lei, os IPCs passam a fazer o rastreamento obrigatório de todos os vestígios com relevância criminal. Assim, a Paraíba adquiriu, ao longo desse período, os equipamentos necessários que prescrevem tal Lei. Os equipamentos são compostos por armários, *freezers*, computadores, envelopes de segurança e sistema informatizado implantado em todo o Estado.

A implantação desse sistema ocorreu em fevereiro de 2021, e sua função torna todos os laudos digitais, desde sua gênese. Isso está disponível em todos os setores do IPC–PB. Por exemplo: a autoridade solicitante, que é o delegado, pede uma perícia (o exame), a partir disso é gerado um laudo pelo sistema e todo e qualquer tipo de acesso é feito de forma digital.

## 5 PROPOSTAS DE MELHORIAS NO ARQUIVO DO NUMOL

Como observamos na seção anterior, o arquivo do NUMOL necessita de melhorias em diversas dimensões, tanto no viés organizacional, quanto no estrutural. Com isso, sugerimos algumas modificações, considerando o contexto daquela unidade de informação.

Na esfera pública, a execução de projetos tarda, principalmente diante de um setor que ainda é considerado marginalizado: o arquivo. Existe o desinteresse das instituições diante do que os arquivos representam, pois é por meio deles que as organizações se respaldam, ora em seus efeitos legais com os atos comprobatórios; ora por seus atos fiscais, administrativos e jurídicos.

Percebemos que o arquivo do NUMOL possui uma infraestrutura simples, deixando lacunas no que tange aos preceitos arquivísticos, visto que não possui instrumentos de gestão e sua organização fica a cabo do que se é possível fazer, com os poucos recursos disponíveis.

Verificamos também, que por não dispor de métodos arquivísticos, muitos documentos se encontram dispersos por falta de insumos. O volume de documentos é substancial para o pouco acondicionamento. Em um ano, por exemplo, são produzidos em média, mais de dez mil laudos e os recursos para acondicioná-los não conseguem suprir as necessidades da instituição, além de não haver perspectiva de investimento para possíveis reparações.

Em diálogo com o arquivista da NUMOL, foi lançada a proposta para a solicitação de maiores investimentos, mas sem êxito até o final deste relato.

Os dois funcionários do arquivo não conseguem cumprir suas tarefas de maneira completa, em razão da grande demanda advinda no núcleo; a contratação de mais profissionais torna-se imprescindível, especialmente de agentes que entendessem dos princípios e das técnicas arquivísticas. Podemos mencionar um ponto positivo, que é a presença do arquivista na instituição, tendo esse, a competência para coordenar a equipe da melhor forma possível.

O espaço físico é desproporcional ao volume do acervo, contando com apenas três salas, impossibilitando o trânsito entre os arquivos, principalmente no intermediário e no permanente, nos quais a desordem é mais acentuada. Recomendamos a criação de um PCD e uma TTD, pois quase não há espaço nesses arquivos, e o corrente já está acondicionando mais documentos que deveria. Seria necessário a diminuição do volume documental, bem como sua organização. Tais instrumentos auxiliaram no trabalho arquivístico, evitando duplicatas documentais, trazendo mais espaço as salas-arquivo.

Outro ponto a destacar é a proliferação de fungos nos processos antigos, dificultando as atividades arquivísticas e o conglomerado de documentos impede a localização dos processos, demandando, por vezes, um tempo extenso para recuperá-los. Além dos instrumentos de gestão, a aquisição de um espaço que comportassem os acervos do NUMOL, bem como a solicitação de mais salas, conseguiria facilitar o trabalho naquele setor, além de otimizar a guarda e a recuperação dos documentos.

Ademais, destaca-se a necessidade de renovação e de compra de mobiliários, pois não se mostram condizente com a realidade, visto que a produção de documentos é progressiva. Visando a preservação documental, os seguintes aspectos devem ser considerados: higienização regular e periódica do arquivo e o controle de temperatura e de luminosidade – conservação preventiva.

Conscientes de que essas propostas não resolvem todos os problemas do arquivo, ao menos mitigariam a questão da preservação, do acondicionamento do acervo, da interligação entre os arquivos e da recuperação da informação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a informação é a essência e o alicerce de qualquer atividade humana, possibilitando não só o desenvolvimento de qualquer área do conhecimento (GOMES, 2017), mas também contribuindo para o progresso das práticas sociais, que ecoam em seus diversos setores.

Em geral, a realidade dos arquivos brasileiros não condiz com sua importância, principalmente nos órgãos públicos, onde existe o descaso em relação a essas instituições, às quais são até banalizadas.

Nesse sentido, as práticas arquivísticas necessitam estar cada vez mais vigentes nas instituições, dando atenção ao valor do documento desde sua gênese, demanda dos gestores a percepção e a importância de salvaguardá-lo, preocupando-se com seu conteúdo no que diz respeito ao passado-futuro pelo seu valor histórico e cultural e com seu valor presente: o administrativo.

Desse modo, tal registro se encarrega de ser a peça-chave que materializa suas funções e suas atividades. E é por essa condição que as instituições devem preservar informações para facultar acesso aos documentos.

A intenção deste relato se deu pela importância que o acervo do NUMOL representa para a sociedade, reconhecendo-o como significativo para as atividades criminalísticas na cidade de João Pessoa – PB, servindo de condição à justiça com questões que se relacionam à prova pericial para auxiliar em suas comprovações de fatos e de investigações.

Também destacamos a incipiência de produção científica na temática aqui exposta – a da polícia científica no estado, com a finalidade de mostrar que essa unidade serve como fonte de informação para a comunidade interna e externa.

De modo geral, este trabalho só se tornou possível pelo apoio dos funcionários do setor de arquivos do NUMOL e da direção do IPC–PB. Partindo desse pressuposto e observando os problemas relacionados às suas atividades arquivísticas, às quais perpassam o viés funcional e estrutural, conseguimos cumprir com nosso objetivo, que foi o de analisar o arquivo e sugerir melhorias.

Nossa expectativa é de que essas reflexões sirvam como primeiro passo e sensibilizem os gestores a pensarem em políticas de aprimoramento do arquivo na instituição, mas também que seja inspiração a outros estudos.

## REFERÊNCIAS

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanente**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BERNARDES, Ieda Pimentel; DELATORRE, Hilda. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao\\_documental\\_aplicada.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao_documental_aplicada.pdf). Acesso em: 15 fev. 2022.
- BRASIL. **Lei N° 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm). Acesso em: 10 fev. 2022.
- CORNELSEN, Julce Mary; NELLI, Victor José. Gestão integrada da informação arquivística: o diagnóstico de arquivos. **Arquivística.net**, v. 2, n. 2, p. 70-84, ago./dez. 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56152>. Acesso em: 14 fev. 2022.
- DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Tradução Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e ética das ciências. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- GOMES, Wellington da Silva. **Da análise às experiências arquivísticas**: um relato através das práxis no arquivo do fórum regional José Flóscolo da Nóbrega na cidade de João Pessoa – Paraíba. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <http://dSPACE.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/13568/1/PDF%20-%20Wellington%20da%20Silva%20Gomes.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- POLÍCIA CIVIL DA PARAÍBA. **Instituto de Polícia Científica**. João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://www.policiacivil.pb.gov.br/orgaos-delegacias/instituto-de-policia-cientifica>. Acesso em: 20 jan, 2022.
- LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Tradução Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/07/a-cic3aancia-da-informac3a7c3a3o-le-coadic.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: [https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/291348/mod\\_resource/content/3/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf](https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/291348/mod_resource/content/3/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf). Acesso em: 10 fev. 2022.

#### NOTAS DE AUTORIA

##### **Wellington da Silva Gomes**

Mestre e Doutorando em Ciência da Informação (UFPB), possuindo graduação em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atuou de forma profissional no Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) e no Escritório de advocacia Cabral, Ribeiro, Rangel & Cavalcanti (CRRC). Pesquisador na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) sob à ótica da Ciência da Informação e Arquivologia.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/1998037581852608>

##### **Ana Caroline Duarte da Costa**

Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/7511251826332473>

##### **Marynice de Medeiros Matos Autran**

Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba (1971) com especialização em Biblioteconomia em Minas e Energia, pela Universidade de Brasília. Mestrado em Biblioteconomia pela Dalhousie University (1979), Halifax, Canadá. Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, pela Universidade do Porto em convênio com a Universidade de Aveiro, Portugal (2015). Áreas de interesse: Biblioteconomia; Comunicação Científica, Altmetria, Bibliometria, Cienciometria; Netnografia. Ciência da Informação; Metodologia Científica; Gestão de Coleções; Comunicação da Ciência; Open Access; Produção Científica; Genealogia Acadêmica; Humanidades Digitais; Redes de Colaboração Acadêmica; Bibliotecas digitais.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/0437948815138207>